

ENSINO DE HISTÓRIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: OLHARES A PARTIR DE OFICINAS COM REFUGIADOS E MIGRANTES NO VALE DO RIO DOS SINOS (RS)

HISTORY TEACHING AND UNIVERSITY EXTENSION: LOOKS FROM WORKSHOPS WITH REFUGEES AND MIGRANTS IN THE VALE DO RIO DOS SINOS (RS)

Bárbara Birk de Mello 1
Márcia Blanco Cardoso 2
Lovani Volmer 3

Resumo: A extensão é, juntamente com o ensino e a pesquisa, um dos pilares de sustentação das universidades. Nesse sentido, este estudo tem como tema a prática extensionista no Projeto de Extensão “O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos”, vinculado a uma universidade em Novo Hamburgo (RS). Pretende-se apresentar o Projeto, apontar e explicar as atividades desenvolvidas nos anos de 2019 e 2020, mais especificamente nas oficinas de Realidade Brasileira, e analisar a importância da prática extensionista, especialmente das oficinas já citadas, através do ensino de história, para a afirmação, inserção e acolhimento de refugiados e migrantes em uma educação pautada nas relações étnico-raciais e com perspectivas decoloniais. Parte-se de uma metodologia de pesquisa-ação e tem-se como referencial teórico artigos e livros que abordam a temática do estudo. Afirma-se que o Projeto foi essencial para refugiados, migrantes e para a busca por uma sociedade mais equânime.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Extensão Universitária. Migrantes. Realidade Brasileira. Refugiados.

Abstract: Extension, together with teaching and research, is one of the pillars of support for universities. In this sense, this study has as theme the extension practice in the Extension Project “O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos”, linked to one university in Novo Hamburgo (RS). It is intended to present the Project, point out and explain the activities developed in the years 2019 and 2020, more specifically in the Brazilian Reality workshops, and analyze the importance of extension practice, especially in the workshops already cited, through the teaching of history, for the affirmation, insertion and reception of refugees and migrants in an education based on ethnic-racial relations and with decolonial perspectives. It starts from a research-action methodology and has as a theoretical reference articles and books that address the theme of the study. It is asserted that the Project was essential for refugees, migrants and for the search for a more equitable society.

Keywords: Human Rights. University Extension. Migrants. Brazilian Reality. Refugees.

- 1 Graduada em História, mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social, ambas pela Universidade Feevale (RS), e doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9353720538540824>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1713-2064>. E-mail: barbarabmello@gmail.com hotmail.com/mjucadiniz@ufpa.br
- 2 Graduada em História e mestra em História pela Unisinos (RS). Professora dos cursos de História, Moda e Pedagogia da Universidade Feevale (RS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4313240758716832>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8520-4085>. E-mail: mcardoso@feevale.br
- 3 Possui graduação em Letras - Português/Alemão pela Unisinos (RS), mestre em Letras pela UNISC (SC) e doutora em Letras pela UCS/Uniritter (RS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3473440605906520>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3458-1005>. E-mail: lovaniv@feevale.br

Introdução

O presente estudo tem como tema a prática extensionista durante os anos de 2019 e 2020 no Projeto de Extensão “O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos”, que fez parte do Programa “Educação e Cultura dos Direitos Humanos”, vinculado à Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão da Universidade Feevale, Novo Hamburgo (RS).

O Projeto em questão iniciou suas atividades em 2016, com a proposta de oficinas semanais e atendimentos jurídicos e psicossociais a refugiados e migrantes residentes na Região do Vale do Rio dos Sinos. O projeto manteve-se com esse nome até o final de 2020 e, desde então, passa a integrar o “Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDUCA DH)”, unindo-se ao Projeto de Extensão “Educação em Direitos Humanos: por uma cultura de paz e tolerância”, numa modalidade de projeto integrado que aproxima e torna ensino, pesquisa e extensão claramente indissociáveis. Como este estudo faz referência aos anos de 2019 e 2020, far-se-á menção ao projeto “O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos”.

O Projeto, ao longo desses anos, contou com a participação de professores de História, Psicologia, Artes Visuais, Direito e Língua Portuguesa. Os diversos alunos que passaram pelo Projeto atuaram como bolsistas remunerados, não remunerados, voluntários ou participantes em práticas de extensão de curta duração. A maioria cursa/cursava alguma graduação das áreas centrais que abarcam “O Mundo em NH”, mas também teve participação de alunos de outros campos de estudo e, inclusive, dos Programas de Pós-graduação da Universidade.

Justifica-se este estudo na medida em que as discussões acerca dos direitos humanos, refugiados e migrantes vem crescendo e são necessários estudos teóricos e práticos que abordem essas temáticas. Ademais, a extensão é um dos pilares de sustentação das universidades, juntamente com ensino e pesquisa, e se faz necessário ter um olhar atento para suas ações e a importância que ela tem na relação universidade e comunidade.

Ainda, buscando fazer uma análise das atividades realizadas nas oficinas de Realidade Brasileira, é possível refletir sobre como o Projeto “O Mundo em NH” atuou em um ano não pandêmico e em um pandêmico. Tem-se, pois, como objetivos do estudo apresentar o Projeto “O Mundo em NH”, apontar e explicar as atividades desenvolvidas no ano de 2019 e 2020 e analisar a importância da prática extensionista, especialmente das oficinas de Realidade Brasileira, através do ensino de história, para a afirmação, inserção e acolhimento de refugiados e migrantes em uma educação pautada nas relações étnico-raciais e com perspectivas decoloniais.

Para tanto, parte-se de uma metodologia de pesquisa-ação: será realizado um estudo bibliográfico com referencial teórico a partir de artigos e livros que abordam a temática do estudo e utiliza-se das vivências extensionista de uma bolsista do Projeto, que realizou diversas atividades, como preparação e execução de oficinas de Realidade Brasileira para os beneficiados, participação em eventos acadêmico, dentre outras.

Conhecendo o projeto de extensão O Mundo em NH

O Projeto de Extensão “O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos” se constituiu de maneira multidisciplinar e contou com professores e estudantes de diversas áreas da Universidade Feevale, localizada em Novo Hamburgo (RS). Esse município faz parte da região metropolitana de Porto Alegre e fica a 42 km da capital do Estado, que é o quarto que mais recebe refugiados do País, cerca de 6% do total (CORREIO DO POVO, 2018). Novo Hamburgo possui população estimada de 246.452 habitantes e densidade demográfica de 1.067,55 hab/km² (IBGE, 2019). Ademais, o município fica a 80 km de Caxias do Sul, que foi polo de entrada no Rio Grande do Sul de senegaleses e haitianos durante anos.

A construção do Projeto deu-se a partir da chegada de grande número de estrangeiros à Novo Hamburgo entre o final de 2014 e no decorrer de 2015. Eram senegaleses, a maioria jovens e do gênero masculino, que procuravam uma vida melhor e tinham visto no Brasil um local de muitas oportunidades, em função do crescimento econômico e das oportunidades de trabalho vinculadas aos grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas. Naquele ano, a Coordenadoria Municipal

de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (COMPPIR) realizou um levantamento do número de refugiados e de solicitantes de refúgio no município e concluiu haver 70 sujeitos que se encaixavam nessa descrição, sendo a grande maioria provenientes do Senegal.

A partir desse levantamento, professores de História da Universidade Feevale apontaram a necessidade de uma política de inserção dessas pessoas na comunidade e idealizaram o Projeto, que iniciou as atividades em janeiro de 2016. Naquele ano, por diversos motivos, muitos senegaleses saíram do município, mas outros grupos chegaram a Novo Hamburgo, principalmente de haitianos, e hoje o projeto já teve mais de 80 beneficiados de mais de treze países, sendo alguns deles Haiti, Argentina, Senegal, Colômbia, Venezuela, Filipinas, Palestina, Suécia e Turquia.

O projeto “O Mundo em NH: Refugiados e Migrantes, uma questão de Direitos Humanos” iniciou suas atividades com os seguintes objetivos:

[...] articular ações, com foco no acolhimento e inserção social de imigrantes e refugiados atendidos pelo município de Novo Hamburgo. Sendo assim, o projeto se propõe a atuar junto desses refugiados e imigrantes, além contribuir na formação de gestores, agentes públicos e privados, na busca de maior inserção e acolhimento a esses grupos, na região, consolidando uma prática efetiva de Direitos Humanos (UNIVERSIDADE FEEVALE, 2016).

Além disso, a diminuição da xenofobia e da violência para facilitar a entrada de refugiados e migrantes no mercado de trabalho sempre estiveram em pauta. Para atingir esses objetivos, as atividades do Projeto centraram-se em oficinas semanais, atendimento psicossocial e jurídico para os refugiados e migrantes que residem na região do Vale do Rio dos Sinos (RS), mais especificamente em Novo Hamburgo e São Leopoldo.

As oficinas ocorreram quartas-feiras à noite: inicialmente, estudava-se Língua Portuguesa e, a seguir, a cada semana havia uma destas oficinas: Realidade Brasileira, Psicologia e Criatividade, coordenadas por professores e alunos do Letras, História, Psicologia e Artes, respectivamente. Além disso, havia oficinas de cunho esporádico de professores convidados para participação no Projeto, como foi o caso de oficina sobre finanças, que ocorreu em 2020, e sobre ervas medicinais, em 2019.

Os atendimentos jurídicos são essenciais para os beneficiados do Projeto garantirem os seus direitos dentro do Brasil e ocorreram diversas vezes, sendo alguns exemplos de questões tratadas: acesso aos postos de saúde, organização de documentação para vistos, questões trabalhistas e de moradia. Já os atendimentos psicossociais ocorreram para além das oficinas de Psicologia, quando necessário, sendo momentos importantes para apoiar os beneficiados e cuidar da saúde mental.

Além disso, “O Mundo em NH” contou com a parceria direta de outros dois projetos de pesquisa da Universidade Feevale: o “Território Nômade: migrações, transições e deslocamentos na fotografia contemporânea”, que era encarregado das oficinas de Criatividade, e o “Caracterização da população em situação de refúgio e migração na região do Vale dos Sinos: principais demandas e possibilidades de intervenção”, que realizava as oficinas de Psicologia e atendimento psicossocial. Inclusive, o último Projeto nasceu dentro do “Mundo em NH” e, assim, vê-se a importante relação entre extensão e pesquisa, fator central para o crescimento de ambas as modalidades de projeto e fortalecimento da temática dos refugiados, migrantes e direitos humanos.

Além das oficinas e dos atendimentos do Projeto, ocorreram ações conjuntas envolvendo todos os professores e alunos participantes. Um exemplo de atividade é o Sarau Culturas do Mundo, que ocorre todos os anos na Rua Coberta da Universidade Feevale (em 2020, devido à COVID-19, foi realizado de forma on-line). Nessas ocasiões, apresentam-se atividades desenvolvidas ao longo do ano e os beneficiados podem partilhar um pouco de suas culturas com todos os alunos da Universidade. Outro exemplo é o Seminário de Direitos Humanos, que, organizado pelo Projeto em parceria com outros projetos da Universidade, busca refletir acerca dos direitos humanos e da educação em direitos humanos, principalmente, e ocorre anualmente no final de novembro, sendo aberto aos alunos e à comunidade.

Importante destacar, ainda, a participação de bolsistas e professores do “Mundo em NH” em eventos acadêmicos, principalmente ligados à extensão universitária e direitos humanos,

e em atividades em escolas da região de Novo Hamburgo para dialogar com os alunos acerca da educação em direitos humanos. Esses momentos foram essenciais para a disseminação da importância da garantia de direitos aos refugiados e migrantes que chegam ao País. O Projeto também proporcionou formações para alunos e professores da Universidade Feevale sobre Direitos Humanos e o Programa “Educação e Cultura dos Direitos Humanos”.

Além disso, a formação de professores e agentes de segurança fizeram parte das ações do projeto, uma vez que se atendiam diferentes questões: a migração e, em algumas situações que envolviam xenofobia e preconceitos étnico-racial, em especial porque a maioria dos migrantes da região são senegaleses e haitianos. Assim sendo, foi necessário incluir as temáticas que envolvem a história da África, da América e suas diversidades, de modo a auxiliar a repensar o próprio Brasil e a implementação da Lei 10639/2003.

De 2016 a 2020, o principal reconhecimento do Projeto “O Mundo em NH” foi, em 14 de outubro de 2016, o 19º Prêmio Educação SINPRO/RS, na categoria Projeto. O Prêmio tem o objetivo de fomentar e valorizar os profissionais, instituições e projetos comprometidos com o ensino de qualidade e com a construção da cidadania.

Como mencionado, o Projeto “O Mundo em NH” passa a ser chamado em 2021 de “Centro de Educação em Direitos Humanos - CEDUCA DH” e mantém as propostas anteriores junto de algumas novas. A seguir, serão explicitadas as atividades desenvolvidas no ano de 2019 nas oficinas de Realidade Brasileira no “Mundo em NH”.

Prática extensionista em 2019

O presente estudo parte de uma premissa básica para os historiadores: “[...] pensar a história como disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipatória e libertadora.” (FONSECA, 2003, p. 89). Assim sendo, no “O Mundo em NH”, nas oficinas de Realidade Brasileira, as quais tiveram como temática central a história do Brasil, buscou-se uma educação em direitos humanos e para os direitos humanos, sendo central uma educação que engloba professores e alunos no processo, assim, planejar as oficinas a partir das necessidades dos beneficiados. Nesse contexto, tem-se, como princípio teórico orientador, a autonomia dos alunos no processo pedagógico (FREIRE, 2004). Ademais, aponta-se que “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. (FREIRE, 2004, p. 22).

A partir desses pontos, as oficinas de Realidade Brasileira foram planejadas, em conjunto, por professora de História que integrava o Projeto e acadêmica extensionista do mesmo curso em 2020 e no ano anterior outro professor de História também fez parte desse processo. Após os planejamentos e execuções, havia reflexões acerca de pontos positivos e pontos a melhorar. Essas oficinas ocorriam a cada três semanas e os planejamentos eram feitos com duas semanas de antecedência.

Em 2019, em média, havia, em média, 15 beneficiados por oficina. Foram participantes de diversos países, níveis de Língua Portuguesa diferentes e faixas etárias diversas. Dessa maneira, o planejamento levava em conta esses fatores, sendo um recurso sempre a utilização de imagens projetadas, atividades que tivessem criação por parte dos participantes e linguajar acessível.

As oficinas de Realidade Brasileira tiveram como objetivo geral que os beneficiados pudessem discutir questões centrais para eles em relação à história e a cultura do Brasil e da região onde vivem em um processo de ensino aprendizagem conjunto. Nas oficinas foram estudadas temáticas relacionadas ao Brasil, Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo (visto que muitos são desta área), diversidade cultural e questões mais específicas que os beneficiados sugerem, como as principais figuras históricas brasileiras e explicações sobre o regionalismo no país.

Para a preparação das oficinas, não havia nenhum livro didático que teve de ser seguido ou conteúdos obrigatórios de história, como ainda ocorre em grande parte do Ensino Fundamental e Médio. Nesse sentido, considerando os objetivos do Projeto, sempre se fez muito presente a Lei 10.639/03, sendo um marco nas relações étnico raciais, a qual estabelece que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar e para além do espaço da escola, adentrando,

dentre outros locais, as universidades (BRASIL, 2003).

Tendo o que foi destacado acima em foco, partindo de uma perspectiva decolonial do ensino de História e tendo os interesses dos beneficiados em pauta, as oficinas eram planejadas e ministradas. Acredita-se que a “relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas (sic) que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes.” (ROCHA, 2007, p. 27).

Aqui, traz-se exemplo de uma das atividades organizadas no primeiro semestre de 2019, intitulada “Brasil: tanta gente, tantos sentimentos, tanta cultura”. Após diversas oficinas trazendo a história do Brasil e suas culturas, buscou-se uma atividade de reflexão com os beneficiados acerca de como eles se sentiam em relação ao País. Para tanto, foi trazida para a oficina uma representação do mapa do Brasil feita de placa de isopor e placas criadas com palitos de picolé e folhas de desenho nas quais cada um deveria escrever a palavra que expressava seus sentimentos em relação ao Brasil.

Essa ação contou com a participação de 17 beneficiados e foi possível identificar que as palavras “casa”, “felicidade”, “amizade” e “futuro” foram as mais citadas, demonstrando que os objetivos centrais do Projeto “O Mundo em NH”, que eram acolhimento e inserção, estavam sendo atingidos. Ademais, esta atividade revelou a identificação, que é construída continuamente, destes migrantes e refugiados com o Brasil e acredita-se que isso se deve, em parte, às oficinas que trabalhavam a história do Brasil sem deixar de aprender com os alunos histórias acerca de suas trajetórias em seus países de origem.

Outro exemplo de oficina realizada no segundo semestre de 2019 foi a chamada “Heróis e/ou figuras históricas brasileiras”, que foi um pedido dos participantes para conhecer mais “pessoas importantes do Brasil”. Em primeiro lugar, explicou-se para os participantes que todas as pessoas são sujeitos históricos (BORGES, 1986) e figuras históricas, mas que algumas se destacaram mais ao longo da história de cada país, sendo que algumas são consideradas heróis nacionais. Em seguida, foram distribuídas entre os participantes 18 fotografia e/ou pintura referente a figuras históricas brasileiras selecionadas previamente.

O próximo passo foi a distribuição de pequena biografia de cada uma das figuras históricas sem mencionar o nome delas. Após, cada participante leu uma biografia para o restante da turma e conversaram entre eles para pensar a que figura pertencia o pequeno texto, sendo que a acadêmica se envolvia para auxiliá-los. Depois que a combinação era feita, iam ao quadro juntar a fotografia com o escrito. Um dos exemplos de figura histórica foi Cacique Raoni, conhecido internacionalmente por sua luta pela preservação da Amazônia e dos povos indígenas, tendo sido indicado ao prêmio Nobel da Paz de 2019. Outro exemplo foi Zumbi dos Palmares e a partir de sua figura, alguns participantes trouxeram o processo de escravização em seus países e as formas de resistência daqueles espaços, compartilhando saberes com os demais.

Nessa atividade foram selecionadas tanto figuras históricas mais recentes como sujeitos que participaram do período de colonização e período imperial do Brasil, como Dom Pedro I, que foi príncipe regente do País até 7 de setembro de 1822, quando proclamou a sua independência. Também, Maria da Penha, hoje com 76 anos, que é uma farmacêutica brasileira vítima de severas e inúmeras violências domésticas cometidas por seu marido, ao qual passou anos tentando levar a condenação.

Ao final da atividade e tendo o quadro com as 18 figuras completas, foi perguntado quem era o herói de cada um e a resposta deveria ser através de um desenho. A maioria trouxe algum familiar, mas alguns também trouxeram figuras históricas de seus países de origem, o que foi enriquecedor para o debate. Concluída a atividade, todos explicaram os seus desenhos. Essa foi uma forma de trazer um conteúdo que alguns participantes haviam pedido e, também, um pouco da história do Brasil através de figuras que marcaram e/ou ainda marcam a trajetória dos brasileiros e, ao mesmo tempo, aprender sobre figuras de outros países como Colômbia, Senegal e Haiti.

Extensão em 2020: e agora?

Em 2020, o cenário mudou drasticamente com a pandemia do vírus popularmente

conhecido como COVID-19. A Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu, no dia 30 de janeiro de 2020, um alerta emergencial em nível internacional devido à velocidade pela qual o novo vírus, SARS-CoV-2, se espalhava no mundo. Menos de dois meses depois, a OMS já classificou a situação como pandêmica, sendo que as melhores chances de combater o vírus são as vacinas. No Brasil, o início de março trouxe a pandemia consigo e rapidamente a maioria das cidades brasileiras já tinham notificações de casos do novo vírus, que já matou mais de 2 milhões de pessoas ao redor do mundo. Atualmente, no País, são mais de 391.936 óbitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Na Universidade Feevale, no dia 13 de março, os alunos, professores e demais funcionários receberam o comunicado de que as aulas seriam suspensas presencialmente e continuariam de forma virtual conforme o avanço da COVID-19. No Projeto de Extensão, houve apenas uma noite presencial no dia 11 de março. Logo, no primeiro semestre, os professores e alunos do Projeto continuaram a manter o contato com os beneficiados através do grupo do WhatsApp, que sempre foi muito ativo, pois todos os beneficiados tinham acesso a telefone celular e à internet, uma vez que isso era essencial para se comunicarem com suas famílias.

As atividades eram, então, planejadas e enviadas pelo aplicativo, sendo que os beneficiados poderiam tirar dúvidas quando precisassem. Além disso, foram criados e publicados vídeos no YouTube referentes ao estudo da Língua Portuguesa, os quais foram enviados ao grupo. Porém, para além das oficinas, as preocupações eram com a saúde física, mental e a questão financeira dos participantes.

Devido a isso, foram distribuídas sextas básicas e máscaras aos participantes do Projeto, bem como apoio psicológico e jurídico sempre que necessário. Em todo o ano de 2020, os atendimentos individuais com o professor de Direito e professora de Psicologia aumentaram devido ao difícil contexto imposto pela COVID-19. Além do mais, as professoras do Projeto atuaram junto a diversas escolas, auxiliando os professores na educação de crianças e jovens migrantes.

No segundo semestre, os professores e alunos da Universidade Feevale participantes do Projeto iniciaram as atividades online todas as quartas-feiras à noite, das 20h30 às 22h, via plataforma do Google Meet. Toda semana, os beneficiados eram lembrados pelo grupo do WhatsApp das oficinas e na primeira parte da noite estudava-se Língua Portuguesa e na segunda intercalavam-se oficinas de Criatividade, Psicologia e Realidade Brasileira.

No início, as oficinas contavam com cerca de 15 participantes e houve vários pontos positivos, como pessoas que estavam em outros países e frequentavam o Projeto conseguiram participar, bem como pessoas que não tinham recursos para ir até a Universidade Feevale todas as semanas. Ademais, foi um período essencial para a manutenção dos laços entre professores, alunos da instituição e os beneficiados do Projeto.

Em 2020, no que se refere às oficinas de Realidade Brasileira, as atividades foram menos intensas que no ano anterior. Antes de iniciar o planejamento das oficinas online, ocorreram leituras de artigos e livros que abordam a realização de aulas virtuais, sendo que as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) são centrais no período pandêmico. Segundo Soares e Oliveira (2019):

[...] as TICs chegam com todo vigor, permitindo a modernização das ferramentas de trabalho, a aceleração de tarefas e o aumento da produtividade nas inúmeras atividades desempenhadas, tudo isso em nome de equiparar as instituições às exigências dos sistemas de ensino no país que [...] volta-se na integração das TICs nestes espaços [...] (SOARES; OLIVEIRA, 2019, p. 2).

No atual período de pandemia, as TICs vêm ganhando maior importância e espaço nos ambientes educacionais, porém ainda há muitas barreiras para serem quebradas no Brasil, como falta de acesso à internet e falta de aparelhos para conectividade. Foi em 2020 que o fosso educacional no Brasil ficou ainda mais aparente. Felizmente, os beneficiados do Projeto de Extensão têm acesso a pelo menos um aparelho eletrônico e à internet, assim, facilitou a organização das oficinas virtuais e utilização das TICs.

No segundo semestre de 2020, foram realizadas quatro oficinas de Realidade Brasileira,

sendo que o público médio delas foi de 10 participantes, pois, ao longo do semestre, o número de participantes foi diminuindo - acredita-se que dentre os principais motivos esteja o fato de a pandemia estar afetando a saúde mental de todos. Conforme Hossain, Sultana e Purohit (2020), além da pandemia de COVID-19, criou-se um estado de pânico social em todo o mundo e o isolamento social traz sensações de angústia, medo, insegurança, ansiedade e estresse.

Nesse contexto, iniciam-se as oficinas no segundo semestre de 2020. A primeira oficina de Realidade Brasileira tratou da origem da Língua Portuguesa, abordando a chegada dos portugueses, relação com os povos indígenas e com os escravizados forçados a saírem do continente africano (TEYSSIER, 2014). Assim, a Língua Portuguesa foi formada a partir de diversas vertentes desde a colonização e sofreu ainda mais diversificações, ao longo dos anos, com a expansão do território brasileiro e com as migrações de outros países para diferentes regiões do Brasil. Após, falou-se especificamente da colonização do Rio Grande do Sul, destacando as áreas de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Essa oficina foi interessante, pois levantou diversas discussões acerca da “maldade dos europeus” e como os “povos africanos sofreram”, conforme citaram dois participantes, sendo um espaço para discussão das relações étnico-raciais.

Outra oficina realizada nesse período foi a de influências de outros países na culinária do Brasil, tema que surgiu a partir da curiosidade dos beneficiados. Para a oficina, foram apresentados pratos que derivam de diversas cozinhas pelo mundo, um breve relato da história de cada um deles e o modo de preparo. Ao final, cada um deveria compartilhar a receita de um prato de sua terra natal pelo qual tivesse muito afeito.

Durante a oficina, os refugiados e migrantes interagiram acerca de cada receita, se havia alguma parecida em sua terra natal e sobre receitas de suas famílias. A ideia era, se não fosse o período de pandemia, fazer um dia com uma atividade de degustação de cada um dos pratos dos participantes e aprender mais sobre a história por trás de cada um, sendo essa uma das atividades já agendadas para quando as oficinas retornarem presencialmente.

Ao analisar as atividades diretas com os beneficiados em 2020, acredita-se que o primeiro semestre tenha sido voltado para garantir que as necessidades básicas dos refugiados e migrantes estivessem sendo asseguradas e trabalhar, na medida do possível, algumas questões referentes aos conteúdos das oficinas, especialmente de Língua Portuguesa, maior necessidade dos beneficiados.

Já no segundo semestre, as oficinas trouxeram pontos positivos e negativos, mas, dentro do possível, foram bem aceitas pelos participantes e conseguiu-se manter um bom nível de ensino aprendizagem. Com a pandemia, fomos todos desafiados a repensar a nossa forma de dar aula, de ver e viver o cotidiano. Freire (2004, p. 87) questiona: “Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?” e essa é a questão que guia as oficinas.

Ademais, aponta-se a importância de aprender a cada momento, seja com planejamento, com didática, conhecimentos gerais ou empatia, em um processo rico que envolve aprender e ensinar na mesma medida. Principalmente, foi uma oportunidade para a bolsista ministrar aulas online, aprendendo junto com os alunos o que funciona ou não, como melhorar a comunicação, as atividades e ter uma base caso isto venha a acontecer novamente no futuro.

Ainda não se sabe quando as aulas presenciais serão retomadas na Universidade Feevale, pois Novo Hamburgo possui indícios de alto risco de contaminação pelo novo vírus. Nesse período pandêmico, a educação, sendo um dos pilares para a construção de nossa sociedade, deve encontrar formas de se manter ativa e, no caso do “Mundo em NH”, conseguiu-se manter as aulas e auxiliar na afirmação, inserção e acolhimento dos migrantes e refugiados na região.

Prática extensionista e o ensino de história: qual a importância?

Até então, apresentou-se o Projeto de Extensão “O Mundo em NH” e as atividades realizadas, em especial, nas oficinas de Realidade Brasileira nos anos de 2019 e 2020. Busca-se compreender, ainda, a importância desta prática extensionista para todos envolvidos no processo: universidade, comunidade, alunos e professores.

Houve um longo caminho de formulação da ideia de extensão universitária que, na realidade, continua sempre em processo de construção. Tem-se registros de que a primeira universidade a ter

ações que relembram o que consideramos hoje como extensão foi a Universidade de Bolonha na Europa Medieval (ROCHA, 2001).

Mas, durante séculos, a extensão possuiu um caráter autoritário, em que os saberes populares eram silenciados em detrimento dos saberes da academia, ou seja, a extensão era das universidades para os interesses das universidades (FREIRE, 2006). Aqui, percebe-se a presença da colonialidade do saber, sendo que “Tal construção tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia.” (LANDER, 2005, p.10). Esse tipo de colonialidade é naturalizado no pensamento científico moderno e a palavra escrita é central para garantir sua legitimidade (BACKES; BACKES, 2019).

No Brasil, essa percepção da extensão “de cima para baixo” ainda se mantinha na escrita do Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado em 1931. O documento colocava a universidade como detentora do conhecimento e não as comunidades, levando a extensão a ter um caráter assistencialista (SERRANO, 2012).

Com o passar dos anos, a extensão ganhou um novo olhar, que seria de caráter social, em que a universidade deveria se preocupar com as comunidades e suas necessidades. Em 1987, foi realizado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a extensão foi discutida como:

Uma extensão que é experiência na sociedade, uma práxis de conhecimento acadêmico, mas que não se basta em si mesmo, pois está alicerçada numa troca de saberes, popular e acadêmico, e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade (SERRANO, 2012, p. 11).

Atualmente, a extensão universitária deve se desafiar a repensar a relação de ensino, pesquisa e necessidades sociais, almejando práticas extensionistas que realmente transformem a realidade (CARBONARI; PEREIRA, 2007). Logo, de forma alguma a extensão pode ter cunho assistencialista, e sim, deve haver compartilhamento de experiências entre a universidade e a comunidade.

Quando pensada a criação do Projeto de Extensão “O Mundo em NH”, esse movimento deu-se a partir de uma necessidade da comunidade, de modo que em todas as atividades busca-se trazer um processo de ensino-aprendizagem conjunto entre migrantes e refugiados e alunos e professores da Universidade Feevale. Ademais, o Projeto possui parceria com dois projetos de pesquisa, pois:

[...] há de se afirmar que ensino-pesquisa-extensão apresentam-se hoje, no âmbito das universidades brasileiras, como uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social, uma vez que o exercício de tais funções é requerido como dado de excelência na Educação Superior, fundamentalmente voltada para a formação acadêmica e profissional de docentes e discentes, à luz da apropriação e produção do conhecimento científico (SANTOS, 2010, p. 13).

Assim, aponta-se para a importância da extensão no laço comunidade acadêmica e sociedade, sendo as práticas extensionistas centrais para firmar esse acordo. As práticas extensionistas das mais diferentes áreas e projetos possibilitam aos alunos, tanto de graduação quanto de pós-graduação, uma formação mais abrangente, tendo olhar para a sociedade de que fazem parte. Já para os professores que atuam na extensão, fora o contato com a comunidade, conseguem desenvolver suas pesquisas e progredirem em seus conhecimentos.

A comunidade, motivo principal dos projetos de extensão, por sua vez, ganha das mais diversas formas, dependendo dos objetivos dos projetos. No “Mundo em NH”, quem se beneficiou foram diretamente os refugiados e migrantes, mas também outros membros da comunidade, como sujeitos do setor privado que puderam receber formações acerca de direitos humanos, refugiados e migrantes para melhorar as relações entre empresa e funcionários estrangeiros. Também, foram realizadas diversas formações em escolas da região com crianças e jovens sobre a importância do

respeito e da garantia dos direitos aos refugiados e migrantes.

Agora, trazendo mais a respeito da importância do Projeto “O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de direitos humanos”, faz-se necessário trazer uma contextualização acerca dos direitos humanos. Na metade do século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os países vencedores do conflito criaram a Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de impedir a ideia de supremacia de um sujeito sobre o outro independente de sua raça, gênero, religião, nacionalidade, entre outros.

Assim, a noção de diversidade ganha mais espaço e com ela a consolidação dos direitos humanos a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, que aponta todos os sujeitos como iguais, independentemente da raça, etnia, sexo, religião ou qualquer outra definição (ONU, 1948).

Destaca-se a importância dos direitos humanos como um “[...] um conjunto de prerrogativas e garantias inerentes ao homem, cuja finalidade básica é o respeito à sua dignidade, tutelando-o contra os excessos do Estado, estabelecendo um mínimo de condições de vida. São direitos indissociáveis da condição humana.” (PENTEADO FILHO, 2012, p. 20).

Também, deve-se ter clareza de que a noção de direitos humanos advinda da ONU é uma construção social de caráter ocidental e que não se adequa a todas as sociedades, principalmente as chamadas originárias. Por isso, há tensões que envolvem as discussões acerca dos direitos humanos e a ONU como uma instituição que busca o “[...] imperialismo moral da prática ocidental dos direitos humanos [...]” (SEGATO, 2006, p. 215), mas essa é uma questão que não será aprofundada neste momento.

Seguindo, além de o Projeto de Extensão ter tratado da questão dos direitos humanos, teve como objetivo atuar junto de refugiados e migrantes. Refugiados “são pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de proteção internacional”(ACNUR, 2016, p.1)

Já o termo migrante vem sofrendo reestruturações nas últimas décadas e já não se diferencia migrante, emigrante e imigrante, todos são migrantes, pois os sujeitos passaram a se deslocar com muita mais rapidez e por diferentes espaços do globo. Para esse fenômeno utiliza-se o conceito de modernidade líquida de Bauman (2001), em que tudo se transforma frequentemente, inclusive, o deslocamento dos sujeitos.

Os migrantes se movimentam por uma variedade de razões: “1. ambiental (por exemplo, clima, desastres naturais); 2. político (por exemplo, a guerra); 3. econômica (por exemplo, o trabalho); 4. cultural (por exemplo, a liberdade religiosa, a educação).” (COSTA; REUSCH, 2016, p. 278). Conforme relatório da ANHCR (UN Refugee Agency) de 2017, 68.5 milhões de sujeitos foram forçados a se deslocar pelo mundo devido a perseguições, violências e conflitos. Destes, 25.4 milhões são refugiados (ANHCR, 2017), logo, fica clara a necessidade de políticas direcionadas a esses sujeitos.

Já no Brasil, segundo Silva et al., em 2019, o Brasil reconheceu um total de 21.515 refugiados de diversas nacionalidades. Este foi o ano de maior número de solicitações de refúgio no País (SILVA et al., 2020). No que tange aos migrantes, a Polícia Federal Brasileira registrou um aumento de 160% em dez anos. Segundo dados da PF, 117.745 estrangeiros entraram no País em 2015 (MONTOVANI, VELASCO, 2016).

Após essa breve contextualização acerca dos direitos humanos, refugiados e migrantes, afirma-se a importância do Projeto de Extensão “O Mundo em NH”, que teve um olhar direcionado para os estrangeiros da região de Novo Hamburgo, tendo como base o respeito e o compartilhamento de experiências e saberes em um processo de ensino aprendizagem dinâmico a partir das oficinas semanais, atendimento jurídico e psicossocial.

Adentrando especificamente nas oficinas de Realidade Brasileira ao longo destes dois anos, não foram realizados encontros com o tema diretamente centrado nas relações étnico-raciais, mas elas estiveram nas entrelinhas de todas as discussões para a formulações das atividades e eram trazidas pelos próprios alunos ao longo das ações. Aqui:

As relações étnico-raciais são entendidas como aquelas estabelecidas entre os distintos grupos sociais e entre

indivíduos desses grupos, orientadas por conceitos e ideias sobre diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial e étnico individual e coletivo. Isto é, pautam-se no fato de que para nós mesmos e para os outros, pertencemos a uma determinada raça, e todas as consequências deste pertencimento [...] (VERRANGIA, 2009, p. 29)

Nessa perspectiva, entende-se que:

[...] raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas (GOMES, 2005, p. 49).

Tem-se essas duas delimitações de relações étnico-raciais e de raças como base deste estudo, mas ressalta-se que há diversos outros autores com outras perspectivas que aqui não são trazidas devido ao espaço do artigo. A partir dos autores supracitados, entende-se a educação das relações étnico-raciais como um:

[...] conjunto dos processos educativos que orientam as relações étnico-raciais vividas no contato com as outras pessoas, sejam eles produzidos como objetivo final de um processo de ensino/aprendizagem ou nas relações cotidianas em que, quase sempre, as pessoas não se dão conta de que estão sendo educadas (VERRANGIA, 2009, p. 42).

O Parecer CNE CP 003/204 versa que: “[...] a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimento, quebras de desconfiança, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual e equânime [...]” (BRASIL, 2004, p. 6).

Levando estes pontos em consideração, também se primou por uma educação em direitos humanos, que é “[...] essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.” (BENEVIDES, 2000, p. 1).

Aqui, parte-se também de uma educação pautada pelas perspectivas decoloniais, mas antes é preciso apontar, brevemente, o que é a colonialidade: “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder [...]” (QUIJANO, 2009, p. 73). Para Gonzales (1998), o racismo constituiu-se “‘ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação” (GONZALEZ, 1988, p.71).

Logo, desde a chegada dos europeus na América Latina, “As novas identidades sócio-históricas construídas subsidiadas no conceito de raças, a partir da América, instituíram-se como um fator de classificação social, e definição dos papéis e lugares na nova estrutura de controle do trabalho.” (COELHO, 2020, p. 100).

Em contrapartida, a colonialidade de poder, do ser, do saber, do corpo, de gênero e de outras que buscam padronizar os sujeitos de acordo com os moldes eurocêntricos, surgiu o pensamento decolonial, o qual:

[...] reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. [...] Deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja,

superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua (COLAÇO, 2012, p. 08).

Assim, buscou-se abordar os temas das oficinas a partir da perspectiva decolonial, trazendo as relações étnico-raciais permeadas nas discussões em sala. Buscou-se, aos poucos, fazer o que Maldonado-Torres (2007) chamou de “giro decolonial”, o que:

Implica fundamentalmente, primeiro, em uma mudança de atitude no sujeito prático e de conhecimento, e logo, a transformação da ideia do projeto de colonização. [...] Os princípios do giro decolonial e da ideia de de-colonização se iniciam a partir do ‘grito’ de espanto do colonizado ante a transformação da guerra e da morte em elementos comuns de seu mundo da vida, que vem a transformarem-se, em parte, no mundo da morte, ou no mundo da vida, apesar da morte (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 159, tradução nossa).

Assim, abandona-se uma visão única e padronizada de origem ocidental e abre-se um campo de saberes múltiplos e plurais. A partir da perspectiva decolonial, as discussões são centradas nas, para e a partir das sociedades latino-americanas e não a partir da colonialidade e da visão do homem branco europeu. Como Quijano (2005, p. 242, tradução nossa) aponta: “É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.”

As atividades das oficinas de Realidade Brasileira fazem repensar o estar em sala de aula, passando por um processo de decolonialização da própria formação acadêmica de futuros professores de História, por exemplo, assim como passar a questionar o próprio currículo dos cursos de História, em especial no que se refere à inserção da cultura afro-brasileira, no geral, ainda incipiente.

Logo, o ensino de história assume nova potência e roupagem, que se distancia da historiografia tradicional de matriz ocidental eurocêntrica, a qual privilegia o conhecimento das epistemologias do Norte criadas a partir da colonialidade do saber. Assim, abordar questões das relações étnico-raciais é potente para buscarmos transformações e espaços decoloniais.

A necessidade de discutir as relações étnico-raciais no Brasil é imensa e, nas oficinas, buscou-se pautá-las a partir da memória e da história e, por outro, pela justiça e erradicação do racismo e da xenofobia. Racismo e xenofobia que, muitas vezes, os migrantes e refugiados que participavam das oficinas sofriam diariamente e que puderam ser discutidas ao longo das oficinas de Realidade Brasileira. Por isso, é necessário um ensino de história voltado para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural do país e da pluralidade de saberes e práticas.

Olhando para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, de 2004, encontram-se diversos princípios, entre eles: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; e ações educativas de combate ao racismo e discriminações (BRASIL, 2004). Logo, acredita-se que os princípios centrais do documento podem ser associados à visão de uma educação de cunho decolonial. Logo, ambas as frentes podem ser interligadas para aumentar suas potencialidades.

Segundo Oliveira e Candau (2010), para uma educação a partir da perspectiva decolonial é necessário ter consciência de que a educação é um dos pilares que sustenta as desigualdades raciais no Brasil. Ela faz isso a partir da transmissão de conhecimentos e epistemologias eurocêntricas, as quais, justamente a educação pautada nas relações étnico-raciais busca quebrar.

Pensamos, assim, em um ensino para aprendizagem e produção de conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira e africana e história e cultura indígena, principalmente. Neste artigo, foram trazidos alguns exemplos de atividades realizadas nas oficinas e que tiveram estas temáticas. Buscou-se trazer esses pontos na oficina “Heróis e/ou figuras históricas brasileiras”, com figuras históricas indígenas, africanas e afro-brasileiras, trazendo suas histórias e importância delas para o Brasil, quebrando com uma linha de ensino que sempre aponta os grandes heróis sendo

estes homens brancos.

Também, em todas as oficinas que tratamos da cultura do Brasil, como, por exemplo, a da diversidade da culinária brasileira e nas que desembocaram na produção do mapa do Brasil pelos migrantes e refugiados, as questões das relações étnico-raciais foram abordadas, principalmente trazendo o papel da culinária de origem africana para o País.

Ainda, destacou-se a importância da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana na constituição da língua portuguesa no País, o qual muitos beneficiados do Projeto não tinham conhecimento. Apontar palavras que utilizamos no nosso cotidiano de origem indígena e africana foi outro ponto essencial dessa oficina. Logo, buscar trazer a importância de outros sujeitos diferentes do homem branco colonizador europeu, para a construção da língua portuguesa e discutir sobre a imposição do português de Portugal a partir da colonialidade.

Acredita-se que as oficinas ainda possam evoluir – agora dentro do Projeto Integrado Educação em Direitos Humanos (CEDUCA DH), no caminho de um processo de ensino-aprendizagem onde as relações étnico-raciais sejam cada vez mais discutidas. Pontua-se, nesse sentido, a importância das atividades desenvolvidas para a identificação, inserção e acolhimento dos beneficiados na comunidade e para uma formação acadêmica e cidadã, na busca por uma sociedade mais equânime.

Considerando os dois anos analisados neste estudo, em 2019, o Projeto beneficiou 37 pessoas diretamente, houve 88 atendimentos coletivos aos beneficiados e 31 individuais, que se diluem em atendimento psicossocial e jurídico. Também foram realizadas entrevistas com os participantes do projeto e 100% dos participantes reconheceram o apoio psicossocial e a contribuição do Projeto para a inserção social.

No ano de 2020, o relatório final de atividades do ano apontou 39 beneficiados atingidos diretamente pelo Projeto, 56 atendimentos coletivos e 52 atendimentos individuais. O número de atendimentos coletivos foi menor que no ano anterior devido à pandemia e os ajustes até iniciar as oficinas de forma virtual. Por outro lado, percebe-se um aumento no número de atendimentos individuais, dado questões que envolviam direitos dos participantes e atendimentos psicossociais, em razão da importância da saúde mental durante a pandemia.

No que diz respeito aos avanços em relação à língua, apesar das circunstâncias e da migração dos encontros presenciais para os síncronos, os beneficiados consideram que aprenderem português, de modo que a compreensão leitora e a expressão oral foram plenamente atingidas. Para os beneficiados, a visibilidade do projeto contribui parcialmente para a diminuição do preconceito (nota 4 de 100% dos entrevistados em uma escala que vai até 5). Assim, dado o contexto de pandemia, o projeto sai fortalecido, por ter conseguido dar continuidade a todas as ações.

Além disso, os alunos bolsistas e voluntários da Universidade Feevale que fazem parte do Projeto tiveram diversas participações em eventos em ambos os anos, sendo que a principal diferença é que os seminários e encontros foram virtuais. Ademais, houve alunos publicando em revistas e em livros com parceria de professores que fazem parte do Projeto.

Ao final desta seção, destaca-se a importância da prática extensionista e, principalmente, das oficinas de Realidade Brasileira, através do ensino de história a partir das relações étnico-raciais e com perspectivas decoloniais. Essa relevância se deu na medida em que os migrantes e refugiados participaram de um processo ensino-aprendizagem que era formulado a partir de suas necessidades em um espaço para e por eles. Assim, o acolhimento e a afirmação destes como sujeitos históricos e de direitos dentro do Brasil era diária, o que os auxiliou na inserção na comunidade e buscou, constantemente, lutar contra a xenofobia e o racismo.

Considerações Finais

Ao tratar das práticas nas oficinas de Realidade Brasileira, reafirma-se a sua importância para a afirmação, identificação, acolhimento e a inserção dos refugiados e migrantes que integraram o Projeto. As temáticas tratadas ao longo de 2019 e 2020 foram voltadas para questões relacionadas, principalmente, às culturas brasileiras e diversidade do País, questões que mais interessava os beneficiados.

Além das oficinas, todas as atividades realizadas pelos professores e alunos da instituição de Ensino Superior vinculados ao Projeto auxiliam a aproximar os beneficiados da realidade social brasileira e em nas questões de saúde mental e jurídicas, que foram ainda mais importantes no ano de 2020 e continuam sendo em 2021.

Acredita-se que o Projeto “O Mundo em NH” cumpriu o seu papel extensionista ao aproximar a comunidade da Universidade e atuar em uma área que é de necessidade do município de Novo Hamburgo e que o Projeto Integrado Centro de Educação em Direitos Humanos mantém, a partir de 2021, a mesma base e objetivos.

Quanto à formação acadêmica, as práticas possibilitaram à bolsista inserção em sala de aula, além de estudos mais aprofundados acerca da temática dos direitos humanos, educação, refugiados, migrantes, história e relações étnico-raciais. Além disso, apontamos a própria extensão universitária como caminho dentro das instituições de ensino superior para colocar em prática o “giro decolonial”, pois ela é a ligação com a comunidade e é o espaço, dentro da maioria das universidades, onde os saberes tradicionais são respeitados e onde ocorre o maior compartilhamento de conhecimentos de forma horizontal.

Ao final do estudo, pontua-se a necessidade de seguir com as oficinas de Realidade Brasileira a partir do olhar decolonial e aumentando o foco na educação pautada pelas relações étnico-raciais, pois o ensino de história guiado por esses dois focos (decolonial e relações étnico-raciais) tem grande potência transformadora em nossa sociedade.

Referências

ACNUR. “Refugiados” e “Migrantes”: Perguntas Frequentes. Nova York: 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

ANHCR. **Global Trends 2017**. Disponível em: https://www.unhcr.org/5b27be547#_ga=2.60585389.1212431091.155230235784119669.1551711889. Acesso em: 4 mar. 2021.

BACKES, Benício; BACKES, José Licínio. A luta decolonial de professores militantes da causa negra em contextos de colonialidade germânica. **Quaestio**, Sorocaba, v. 21, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3733/3513>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Espírito Santo: Biblioteca Digital Interna da Subsecretaria de Direitos Humanos da SEADH-ES, 2000. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/Benevides%20MV%202000%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20DH%20de%20que%20se%20trata.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?** 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Lei n. 10.639, 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional [...]. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20prov%20id%C3%A4ncias. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da história e cultura afro brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://>

www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 003/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 maio. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Londrina, v.10. n. 10, 2007. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/educ/article/view/2133>. Acesso em: 30 mar. 2021.

COELHO, Pollyana Santos. **Educação das relações étnico-raciais e decolonialidade na formação de professoras (es) de ciências naturais**: reflexões sobre identidade étnico-racial, direitos humanos e ensino. 2020. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática)– Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIMA), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13528/2/POLLYANA_SANTOS_COELHO.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

COLAÇO, Thais Luzia. Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

CORREIO DO POVO. **Rio Grande do Sul é o quarto Estado com maior número de refugiados no país**. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/rio-grande-do-sul-%C3%A9-o-quarto-estado-com-maior-n%C3%BAmero-de-refugiados-no-pa%C3%ADs-1.258774>. Acesso em: 12 mar. 2021.

COSTA, Marli Marlene Moraes; REUSCH, Patrícia Thomas. Migrações internacionais (Soberania, Direitos Humanos e Cidadania). **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 8, n.º 2, maio 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v8n2a42016.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 13ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

HOSSAIN, Md Mahbub; SULTANA, Abida; PUROHIT, Neetu. **Mental health outcomes of quarantine and isolation for infection prevention**: a systematic umbrella review of the global evidence. *Epidemiology and Health Nova York*, v. 42, mar. 2020. Disponível em: <https://psyarxiv.com/dz5v2/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

IBGE. **Novo Hamburgo**. Brasília: 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-hamburgo/panorama> . Acesso em: 21 mar. 2021.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005. p. 7-24.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (orgs.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MONTOVANI, Flávia; VELASCO, Clara. **Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>. Acesso em: 6 mar. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/02.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 18 abr. 2021.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Direitos humanos**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005. p. 201-246.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009. p. 73-118.

ROCHA, Leliane Aparecida Castro. **Projetos Interdisciplinares de Extensão Universitária: ações transformadoras**. 84 f, 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Braz Cubas. Programa de Pós - Graduação em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação. Mogi das Cruzes –SP, 2007. Disponível em: <https://document.onl/documents/leliane-aparecida-castro-rocha-usjtbr-abordagem-qualitativa-analisando-tres.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROCHA, Roberto. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. *In*: FARIA, Doris Santos (Org.) **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB, 2001. p. 35-53.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da Extensão Universitária Brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: Um debate necessário. **Revista Conexão UEPG**, Paraná, v.6, n. 1, 2010. Disponível: <http://www.uepg.br/revistaconexao/revista/edicao06/1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 1, abr. 2006. Disponível em: <https://www.>

scielo.br/pdf/mana/v12n1/a08v12n1.pdf. Acesso em: 1 abr. 2021.

SERRANO, Maria. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Escola Técnica de Saúde da UFPB, p. 1-15, 2012. Disponível em: https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Universidade%20e%20Sociedade/US%2013_Texto%201%20Serrano_Conceitos%20de%20extensao%20universitaria.pdf. Acesso em: 28 fev. 2021.

SILVA, Gustavo Junger. *et al.* **Refúgio em Números**. 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/REFUGIOEMNUMEROS_5EDICAO.pdf. Acesso em: 4 abr. 2021.

SOARES, Lucas de Vasconcelos; OLIVEIRA, Lílian Aquino. A exclusão digital no século XXI: diálogos na incorporação de TICs na Gestão Educacional em escolas da rede pública de São Luís/MA. **ARTEFACTUM** – Revista de Estudos em Linguagens e Tecnologia, n. 1, 2019. Disponível em: <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1795>. Acesso em: 21 abr. 2021.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Martins, 2014.

UNIVERSIDADE FEEVALE. **Projeto de Extensão “O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos”**. PROPPEX - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, 2016.

VERRANGIA, Douglas da Silva. **A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências**: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos. 335 f, 2009. Tese (Doutorado em Educação) Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2222/2448.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 abr. 2021.

Recebido em 1 de março de 2022.

Aceito em 12 de abril de 2022